



Ministério das Finanças

Direção Nacional do Orçamento
e da Contabilidade Pública

Síntese de Execução Orçamental do OE 2017

Março de 2017

ÍNDICE

1. SÍNTESE GERAL DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTAL MENSAL	3
2. RECEITAS TOTAIS	5
2.1. Enquadramento Geral	5
3. DESPESAS TOTAIS	8
3.1. Execução das Despesas Correntes de Funcionamento	8
4. EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE INVESTIMENTO PÚBLICO	10
4.1. Enquadramento Geral	10

1. SÍNTESE GERAL DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTAL MENSAL

Em março de 2017, o valor provisório do saldo global foi positivo em 995,7 milhões de CVE, ou seja um superavit de 0,6% do PIB projetado para o ano, uma variação de 0,9 p.p., face ao período homólogo de 2016. Entretanto, o saldo corrente primário aumentou em 0,1 p.p., comparativamente ao mesmo período homólogo.

Gráfico 1 - Evolução do Saldo Global



Fonte: MF

De acordo com os dados provisórios, o comportamento da execução orçamental, no período, resultou de:

- Um decréscimo dos ativos não financeiros em 29,8% (-182,4 milhões de CVE);
- Um aumento das receitas totais em 18,0% (+ 1.782,2 milhões de CVE);
- E um aumento das despesas totais (investimento e funcionamento) em 5,2% (+ 504,0 milhões de CVE).

Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

Quadro 1. FP: Operações Financeiras do Estado (Governo Central)									
(em milhões de CVE)									
	2016		2017		2017		Grau Exec. (%)	Tax. hom Mar	
	Orç. 2016	Conta I Trim	Orç. 2017	Mar	Duodecimos Acumulados	Desvio (%)			
1. Receitas Totais	50 355	9 929	50 537	11 711	12 634	-7,3	-923	23,2	18,0
1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)	44 023	9 493	45 030	10 080	11 257	-10,5	-1 177	22,4	6,2
Impostos	34 938	8 025	37 407	8 505	9 352	-9,1	-846	22,7	6,0
Segurança Social	208	13	59	15	15	-1,1	0	24,7	9,6
Transferências (donativos)	6 332	436	5 507	1 631	1 377	18,5	254	29,6	274,0
Outras Receitas	8 877	1 454	7 564	1 560	1 891	-17,5	-331	20,6	7,3
2. Despesas Totais (FUN+HNV)	49 614	9 782	48 780	10 286	12 195	-15,7	-1 909	21,1	5,2
2.1-Despesas Correntes	49 614	9 782	48 780	10 286	12 195	-15,7	-1 909	21,1	5,2
dq: despesas de funcionamento	39 824	8 532	40 621	9 469	10 155	-6,8	-686	23,3	11,0
dq: Juros da dívida interna	2 415	522	2 005	593	501	18,3	92	29,6	13,5
dq: Juros da dívida externa	1 750	458	2 590	495	648	-23,6	-153	19,1	8,2
dq: despesas correntes de investimento	9 790	1 250	8 159	817	2 040	-59,9	-1 223	10,0	-34,6
2.2-Despesas de Capital									
3. Resultado Operacional Bruto	741	147	1 757	1 425	439	224	985	81,1	872,1
4. Activos não Financeiros	9 674	612	7 400	429	1 850	-77	-1 421	5,8	-29,8
Compra de activos não financeiros	9 809	624	7 883	592	1 971	-70	-1 379	7,5	-5,2
dq: programa de investimento	9 524	612	7 605	588	1 901	-69	-1 313	7,7	-3,8
Venda activos não financeiros	135	13	483	163	121	35	42	33,7	1193,1
5. Saldo Global (base compromisso, 1-2-4)	-8 933	-465	-5 643	995	-1 410,7	-170,6	2 406	-17,6	-314,0
Saldo global (em percentagem do PIB)	-5,5	-0,3	-3,2	0,6					
Saldo global excluindo transferências(donativos)	-17 390	-901	-17 390	-636					
Saldo Corrente (1.1-2.1)	-3 889	-290	-3 889	-206					
Saldo Corrente (em percentagem do PIB)	-2,4	-0,2	-2,2	-0,1					
Saldo Corrente Primario (1.1-2.1+juros)	200	690	200	881					
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PIB)	0,1	0,4	0,1	0,5					
Saldo global Primário (5+juros)	-8 548	515	-8 548	2 083					
Saldo global Primário (em percentagem do PIB)	-5,2	0,3	-5,2	0,0					
6. Financiamento	8 933	-212	5 643	121					
6.1 Activos Financeiros	-7 184	-417	-6 683	-339					
Reembolso de Empréstimo de Retrocessão	267	135	303	8					
Concessão de Empréstimo de Retrocessão	-7 859	-178	-5 960	-382					
Acções e outras participações - MI		-390	-1 108	0					
Acções e Outras Participações ME									
Acções E Outras Participações MI - Alienação				36					
Depositos Cert. Poup. MI - Levantamentos			18	0					
Outros activos	408	16	64	0					
6.2 Passivos Financeiros	16 117	205	12 326	459					
Interno líquido	4 844	496	4 127	1 078					
Sistema bancário		1 186		1 828					
Empréstimos obtidos	8 526		9 388						
Amortização	-5 391		-5 191						
Empréstimos concedidos									
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações Leasing		-2	-70	-7					
Outras Operações do Tesouro		-633		-892					
Outros passivos									
Resto por pagar que transita p/ o ano seguinte									
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BCV		368		2 101					
Pagamento de Cheques e transferência em Transito		-1 991		-2 081					
Receitas recebidas por cheque em 30 Setembro não Compensado									
Sistema não bancário	1 709	1 564		128					
dq: encargos c/ reestrut. Empresas púb.									
Receitas de privatizações		4							
Externo líquido	11 273	-291	8 198	-618					
Desembolsos	14 190	519	11 882	453					
Amortizações programadas	-2 918	-811	-3 684	-1 071					
7. Diferencial Financ./ Discrepância (5 + 6)	0	-677	0	1 116					

Fonte: MF

2. RECEITAS TOTAIS

2.1. Enquadramento Geral

As receitas totais, face aos dados provisórios de março de 2017, atingiram 11.711 milhões de CVE, registando um aumento de 18,0%, face ao período homólogo. Esta performance resulta da conjugação:

- da diminuição dos impostos diretos (-7,3%),
- do aumento dos impostos indiretos (+12,3%),
- do aumento dos donativos (+274,0%) e
- aumento das outras receitas (+7,3%).

Em sede dos Impostos diretos é de se destacar que a diminuição verificada resulta da conjugação do IR-PS (+2,6%) e do IR-PC (-25,1%):

- A arrecadação em sede do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares ascendeu, no período, os 1.706,6 milhões de CVE, registando uma evolução homóloga + 43,6 milhões de CVE, derivado do aumento da arrecadação em sede dos rendimentos da categoria A – Rendimentos do trabalho dependente e da categoria D – Rendimentos de Capitais e do Tributo Especial Unificado. Não obstante as medidas de políticas fiscais introduzidas no orçamento de 2017, desagravando as taxas de incidência de 20% para 10% e de 20% para 15% em sede da retenção na fonte dos rendimentos prediais e prestações de serviços, respetivamente;
- As receitas do imposto sobre rendimento das pessoas coletivas registaram um decréscimo de 25,1% no período em análise, face ao mesmo período de 2016. Este resultado é justificado:
 - pelos atrasos verificados na implementação por via eletrónica da declaração de rendimento (modelo 1B) e da declaração anual da informação contabilística e fiscal, dificultando a análise e confirmação dos impostos declarados pelos sujeitos passivos respeitantes aos rendimentos de 2015.
 - pelo decréscimo na cobrança em cerca de 190,4 milhões de CVE, em sede do pagamento fracionado, motivado pela diminuição do número de contribuintes pagantes e da alteração da medida de política, em sede dos sujeitos passivos da

categoria B – Rendimentos empresariais e profissionais enquadrados na contabilidade organizada, desagregando a taxa dos pagamentos fracionados de 20% para 5%.

Quadro 2 - Evolução das Receitas Públicas Orçamentais

Quadro 2. FP: Receitas Públicas Orçamentais (Governo Central)									
(em milhões de CVE)									
	2016		2017						
	Orç. 2016	Conta I Trim	Orç. 2017	Mar	Duodécimos Acumulados	Desvio (%)	Previsão Vr. Abs.	Grau Exec. (%)	Tax. hom Mar
Impostos	34 938	8 025	37 407	8 505	9 352	-9,1	-846	22,7	6,0
<i>Imposto único sobre rendimentos</i>	10 504	2 584	11 590	2 396	2 897	-17,3	-501	20,7	-7,3
IR-PS	6 388	1 663	7 316	1 706,6	1 829	-6,7	-122	23,3	2,6
IR-PC	4 116	921	4 274	689,4	1 068	-35,5	-379	16,1	-25,1
<i>Imposto sobre bens e serviços</i>	16 456	3 764	17 475	4 302	4 369	-1,5	-66	24,6	14,3
Sobre bens e serviços	13 015	3 024	13 784	3 479	3 446	1,0	33	25,2	15,0
Imposto sobre o valor acrescentac	13 015	3 024	13 784	3 479	3 446	1,0	33	25,2	15,0
IVA DA	6 916	1 526	7 188	1 685	1 797	-6,2	-112	23,4	10,5
IVA DCI	6 098	1 499	6 596	1 794	1 649	8,8	145	27,2	19,7
Sobre vendas	0	3	0	1	0	0,0	1	0,0	-77,7
Imposto para serviços de incênd	0	3	0	1	0	0,0	1	0,0	-77,7
Sobre consumo	1 991	371	2 060	417	515	-19,0	-98	20,2	12,6
Imposto consumo especial	1 991	371	1 991	417	498	-16,2	-81	21,0	12,6
Impostos diversos sobre serviços	795	220	891	253	223	13,7	31	28,4	15,3
Imposto de turismo	0	0	0	0	0	0,0	0	0,0	0,0
Contribuição turística	795	220	891	253	223	13,7	31	28,4	15,3
Outros impostos	655	147	740	152	185	-17,7	-33	20,6	3,9
Taxa ecologica	655	147	740	152	185	-17,7	-33	20,6	3,9
<i>Impostos sobre transações internacionais:</i>	7 154	1 562	7 637	1 671	1 909	-12,5	-239	21,9	7,0
Direitos de importação	6 899	1 497	7 380	1 585	1 845	-14,1	-260	21,5	5,8
Taxa comunitaria CEDEAO	255	65	257	86	64	34,1	22	33,5	33,4
<i>Outros impostos</i>	824	115	705	136	176	-22,7	-40	19,3	19,0
Imposto de selo	687	113	568	133	142	-6,6	-9	23,4	16,9
Imposto especial sobre jogos	137	0	137	4	34	-89,4	-31	2,7	0,0
Outros	0	1	0	0	0	0,0	0	0,0	-100,0
Segurança Social	208	13	59	15	15	-1,1	0	24,7	9,6
Taxa social única	7	0	9	0	2	-99,7	-2	0,1	-70,2
Contribuições para a segurança social	200	13	50	15	13	16,1	2	29,0	9,8
Transferências	6 332	436	5 507	1 631	0,0	0,0	0,0	29,6	274,0
De Governos Estrangeiros	6 332	435	5 507	1 620	0,0	0,0	0,0	29,4	272,9
Ajuda Orçamental	1 139	110	1 139	882	0,0	0,0	0,0	77,4	700,0
Ajuda Alimentar	310	28	299	75	0,0	0,0	0,0	25,1	170,1
Donativos directos	4 883	292	3 730	662	0,0	0,0	0,0	17,8	126,7
Outras	0	4	339	1	0,0	0,0	0,0	0,3	-77,5
De Organizações Internacionais	0	2	0	11	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferencias OFN	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras Receitas	8 877	1 454	7 564	1 560	1 891	-17,5	-331	20,6	7,3
Rendimentos de propriedade	2 542	72	957	14	239	-94,1	-225	1,5	-80,4
Venda de bens e serviços	4 704	1 235	5 124	1 188	1 281	-7,3	-93	23,2	-3,8
Multas e outras penalidades	763	71	795	201	199	0,9	2	25,2	184,0
Outras transferências	265	13	270	6	67	-90,9	-61	2,3	-52,8
Outras receitas diversas e não especific.	604	63	418	151	104	44,6	47	36,2	138,7
Total de Receitas	50 355	9 929	50 537	11 711	12 634	-7,3	-923	23,2	18,0

Fonte: MF

Quanto aos impostos indiretos, o acréscimo de 12,3% deve-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rubricas:

- O IVA em +15,0% (IVA-DGA em +10,5% e IVA-DGCI em +19,7%), registou no período em análise uma execução 3.479 milhões de CVE, contribuindo para o efeito o IVA-DGA com 1.685 milhões de CVE e IVA-DGCI com 1.794 milhões de CVE. Traduzindo assim uma melhoria de 455 milhões de CVE em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta evolução positiva em termos homólogos resulta, essencialmente, do aumento das receitas arrecadadas pelos sectores do turismo, construção civil e comércio a grosso.
- O imposto sobre transações internacionais em +7,0% (direitos de importação em +5,8% e a taxa comunitária CEDEAO em +33,4%).
- A taxa ecológica em +3,9%.
- O imposto de selo em +16,9%, em que este ascendeu o montante de 132,6 milhões de CVE, resultante da cobrança de dívidas atrasadas em sede deste imposto, no montante de 19,2 milhões de CVE, via encontro de contas.
- A Contribuição Turística em +15,3%, totalizaram no período o montante de 253,3 milhões de CVE, registando uma evolução homóloga de +33,7 milhões de CVE, justificado pelo aumento da procura turística.

No que concerne aos donativos, em finais de março de 2017, os registos apontavam que os Donativos cifravam em 1.631,1 milhões de CVE, apresentando um aumento de 274,0%, comparativamente ao período homólogo em 2016. Este acréscimo é justificado, principalmente, pela entrada da ajuda orçamental da União Europeia em 772 milhões de CVE, no âmbito Programa de Emergência Santo Antão e pela execução dos Projetos financiamento MCA II (347,3 milhões de CVE).

3. DESPESAS TOTAIS

No I trimestre de 2017, as despesas totais (funcionamento e despesas correntes de investimento) situaram em 10.286,3 milhões de CVE, apresentando um agravamento de 5,2%, face ao período homólogo. Este resultado deriva do acréscimo verificado nos juros correntes +12,0%, Benefícios sociais +5,2% e Outras despesas correntes em 16,8%.

O valor da despesa por regularizar, em março, situou-se em cerca de 1.060,6 milhões de CVE (sendo que 461,2 milhões de CVE referente a FSA/Órgãos Soberania e 599,5 milhões de CVE relativo a operações de tesouraria).

3.1. Execução das Despesas Correntes de Funcionamento

As despesas correntes de funcionamento, em março de 2017, evidenciaram um agravamento de +11,0% (+937,3 milhões de CVE), cifrando-se em cerca de 9.469,0 milhões de CVE, como resultado do comportamento das seguintes rubricas:

- Juros correntes (+12,0%; 117,9 milhões de CVE) – sendo que os juros da dívida interna em +13,5% e juros da dívida externa em +8,2%;
- Benefícios sociais (+5,6%; 67,1 milhões de CVE) – prende-se com o aumento do nº dos beneficiários das pensões de aposentação, sobrevivência, regime não contributivo e de reserva;
- Outras despesas correntes (+15,2%; 54,6 milhões de CVE) – O agravamento desta despesa é justificado pelo pagamento das indemnizações devida pelo Estado bem como ao pagamento restante das restituições do IUR de 2010, face ao executado em março 2016;
- Subsídio (+53,4%; 12,3 milhões de CVE) – Este aumento é justificado pelo pagamento efectuado no âmbito do protocolo entre o Estado e as Agências Marítimas que operam nas linhas deficitárias;
- Transferências (1,9%; +18,0 milhões de CVE) - deve-se, essencialmente, ao aumento das dotações previstas no OE a favor das missões diplomáticas no exterior (na sequência da atualização do subsidio custo de vida nas embaixadas), assim como o

aumento das transferências a favor dos Municípios face a política de discriminação positiva;

- Despesa com o pessoal (-0,5%; -20,3 milhões de CVE) – A execução em baixa face ao período homólogo deve-se às despesas por regularizar das Entidades que ainda não utilizam o SIGOF no processo de execução;
- Aquisição de bens e serviços (-22,6%; -142,5 milhões de CVE) – A diminuição da despesa, comparada com o período homólogo deve-se ao cativo de 20% previsto na lei, nas dotações das rubricas que compõem este agrupamento económico (dado que no primeiro semestre de 2016 não se aplicou o cativo, tendo a execução decorrido sob a aplicação do OE 2015 em regime duodecimal). Isto, adicionado às despesas por regularizar das Entidades que ainda não utilizam o SIGOF no processo de execução e que não remeteram os respetivos balancetes à DNOCP.

Quadro 3 - Evolução das Despesas Funcionamento

Quadro 3. FP: Despesas de Funcionamento										
(em milhões de CVE)										
	2016		2017							
	Orç. 2016	Conta I Trim	Orç. 2017	Mar	Duodecimos Acumulados	Desvio (%)	Previsão Vr. Abs.	Grau Exec. (%)	Tx. hom Mar	
Despesas com Pessoal	18 620	4 179	19 221	4 158	4 805	-13,5	-646,8	21,6	-0,5	
Remuneração Certas e Permanentes	17 401	3 914	17 984	3 819	4 496	-15,0	-676,7	21,2	-2,4	
Segurança Social	1 219	264	1 237	339	309	9,7	29,9	27,4	28,3	
Aquisição de Bens e Serviços	4 553	631	4 639	489	1 160	-57,9	-671,2	10,5	-22,6	
Consumo Capital Fixo										
Juros correntes	4 261	980	4 709	1 098	1 177	-6,8	-79,5	23,3	12,0	
Dívida interna	2 415	522	2 005	593	501	18,3	91,5	29,6	13,5	
Dívida externa	1 750	458	2 590	495	648	-23,6	-152,5	19,1	8,2	
Outros encargos	96	0	114	10	29	-65,0	-18,5	8,8	0,0	
Subsídios	228	23	232	35	58	-38,9	-22,5	15,3	53,4	
Transferências Correntes	4 216	932	4 348	950	1 087	-12,6	-136,9	21,9	1,9	
Organismos Internacionais	385	2	450	56	113	-50,1	-56,3	12,5	2 418,3	
Administração pública	3 831	930	3 898	894	974	-8,3	-80,6	22,9	-3,9	
Benefícios Sociais	4 834	1 196	5 210	1 264	1 303	-3,0	-39,0	24,3	5,6	
Outras despesas correntes	3 113	360	2 262	415	565	-26,7	-151,0	18,3	15,2	
Despesas Correntes	39 824	8 301	40 621	8 408	10 155	-17,2	-1 746,8	20,7	1,3	
Valor a regularizar		230		1 061	0,0	0,0	0,0	0,0	360,4	
Total de Funcionamento	39 824	8 532	40 621	9 469	10 155	-6,8	-686,3	23,3	11,0	
Activos não Financeiros	285	12	278	4	70	-94,7	-65,9	1,3	-70,4	
TOTAL DESPESAS	40 109	8 544	40 899	9 473	10 225	-7,4	-752,1	23,2	10,9	

Fonte: MF

4. EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE INVESTIMENTO PÚBLICO

4.1. Enquadramento Geral

A execução do programa de investimento público (despesas correntes e ativos não financeiros) atingiu 1.405,7 milhões de CVE, representando apenas 8,9% do valor orçamentado de 2017. Do montante pago, 42,7% (600 milhões de CVE) foram financiados pelo Tesouro, 46,3% (652 milhões de CVE) por Donativo Direto e 10,9% (154 milhões de CVE) por Empréstimos.

Quadro 4 – Programa de Investimento Público

Quadro 4. FP: Despesas de Investimento
(em milhões de CVE)

	2016		2017						
	Orç. 2016	Conta I Trim	Orç. 2017	Mar	Duodecimos Acumulados	Desvio (%)	Previsão Vr. Abs.	Grau Exec. (%)	Tx. hom Mar
Despesas com Pessoal	1 760	327	1 503	294	376	-21,9	-82	19,5	-10,1
Remuneração Certas e Permanentes	1 623	298	1 330	266	333	-19,9	-66	20,0	-10,7
Segurança Social	138	28	173	27	43	-36,8	-16	15,8	-3,7
Aquisição de Bens e Serviços	5 257	533	4 347	379	1 087	-65,1	-708	8,7	-29,0
Consumo Capital Fixo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Juros correntes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Dívida interna	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Dívida externa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros encargos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Subsídios	18	15	1	0	0,2	-100,0	-0,2	0,0	-100,0
Transferências Correntes	2 050	310	1 730	71	433	-83,6	-361	4,1	-77,0
Organismos Internacionais	45	26	90	0	22	-100,0	-22	0,0	-100,0
Administração pública	2 005	284	1 641	71	410	-82,7	-339	4,3	-74,9
Benefícios Sociais	268	37	266	34	66	-48,9	-32	12,8	-7,5
Outras despesas correntes	436	29	313	40	78	-48,9	-38	12,8	36,4
Despesas Correntes	9 790	1 250	8 159	817	2 040	-59,9	-1 223	10,0	-34,6
Despesas Capital									0,0
Activos não Financeiros	9 524	612	7 605	588	1 901	-69,1	-1 313	7,7	-3,8
TOTAL DE INVESTIMENTO	19 314	1 862	15 764	1 406	3 941	-64,3	-2 535	8,9	-24,5

Fonte: MF

